

# Editorial

Em seus 21 anos (1995-2016), a *Revista Educação em Foco* já publicou mais de 200 textos, sejam eles artigos, ensaios, resenhas, entrevistas ou editoriais. Sempre primando pela qualidade e pela relevância científica, busca olhar a Educação sob variados prismas, inserindo a Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais e o seu Programa de Pós-graduação em Educação num contexto profícuo de diálogos com diferentes instituições de ensino superior, no país e no exterior, o que faz desta *Revista* importante veículo de divulgação das pesquisas que vêm sendo realizadas na área educacional. Justamente por isso este periódico torna-se fonte importante para e na compreensão das diversas e complexas nuances que perpassam a Educação.

Complexa porque não pode a Educação ser resumida em uma palavra mestra, a uma lei ou a uma simples ideia, pois é “unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade”, tomando como nossas as palavras de Edgard Morin (2008, p. 157). Essa complexidade é visível ao percorremos os artigos que compõem este número 28 da *Educação em Foco*, que pensa filosoficamente sobre as questões da área educacional; diversamente, ao tratar de manifestações culturais e de histórias de vida que contemplam o afrodescendente, em cujo ideário de luta, historicamente, a Educação sempre ocupou lugar de destaque; pontualmente, seja ao discutir aspectos institucionais e históricos da Educação, seja por tomar como foco a formação de professores, seja por pensar sobre processos educativos, seja por contemplar métodos de pesquisa na área educacional.

Nesse caráter poliscópico, Fábio Antônio Gabriel, Ana Lúcia Pereira Baccon e Antônio Carlos de Souza, em “A aula de Filosofia como experiência filosófica: reflexões partindo das contribuições de Nietzsche, Deleuze, Guattari e das *Diretrizes Curriculares de Filosofia do Estado do Paraná*”, partem da hipótese de que a Filosofia deve ser trabalhada em uma aula como experiência, em sentido oposto ao ensino de Filosofia estritamente enciclopédico. Valendo-se das ponderações de Nietzsche,

Deleuze e Guattari, e balizando-se pelas orientações contidas nas *Diretrizes Curriculares de Filosofia do Estado do Paraná*, investigam as respostas de 340 estudantes do ensino médio sobre o conteúdo das aulas de Filosofia e os procedimentos didáticos dos professores dessa disciplina. Lembramos de que a Filosofia “deve possibilitar ao estudante condições que lhe permitam rever conceitos e valores” que, humanamente, podem e são (re)construídos a todo momento, “em processo de constante fluidez, uma vez que a verdade é metafórica e fluida”; na verdade, “uma oficina de conceitos”. Assim, apregoam que, nas aulas de Filosofia, os discursos devem ser ouvidos e avaliados não sob um enfoque conteudista, redutor, mas sim levando-se em conta, antes e prioritariamente, a capacidade de argumentação do estudante.

Seguindo a linha de Deleuze e Guattari, Sílvia Ester Orrú, em “A inclusão menor: um ensaio inspirado na obra ‘Kafka’, de Deleuze e Guattari”, objetiva explorar o conceito de “inclusão menor”, cunhado pelos filósofos supracitados, em “Kafka, por uma literatura menor”. Para a autora, “menor” relaciona-se “a um devir que pertence a uma minoria e que produz linhas de fuga para a linguagem, de maneira a re-inventar resistências e potências (DELEUZE, 1992)”. Fundamenta, assim, o seu pressuposto da “pseudoinclusão” sofrida por diversos alunos, mesmo com as legislações sobre inclusão até então instituídas. Em seu jogo entre “maior” e “menor”, que deve ser visto como não dicotômico, utiliza dados resultantes de entrevistas e de rodas de conversa, o que permitiu vozes que anunciassem a “inclusão menor” como “conceito de acolhimento” que se “comunica e se manifesta como um processo revolucionário no seio da inclusão maior, arruinando seu chamado para apoiar ou para se solidarizar com certa ideologia pátria” que, convenientemente, ora “apoia os excluídos”, ora “os designa à perpétua exclusão”.

Saindo da filosofia, Pedro Rodolpho Jungers Abib e Núbia Cecília Pereira Santos, em “*Zambiapunga*: cultura popular e processos educacionais baseados na construção e na afirmação das identidades”, analisam essa manifestação cultural de quatro localidades no Recôncavo Baiano, mais precisamente, na região do Baixo Sul, que também possui a alcunha Costa do Dendê. Visando “compreender, a partir

das novas configurações que a noção de cultura popular assume na contemporaneidade”, tentam desvelar o papel dos grupos de *Zambiapunga* em relação ao fortalecimento da memória, da identidade e da cultura local. Os autores, valendo-se do conceito de Halbwachs (2008), entre outros, traduzem memória como “acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”; conseqüentemente: “Toda memória se estrutura em identidades de grupo”. Além disso, fundamentando-se em Paulo Freire (1980), apresentam, “como balizadores dos processos educativos envolvendo o *Zambiapunga*”, algumas questões que abarcam a Educação Popular, com as quais dialogam, com o fim de inserir os sujeitos que pertencem a esses grupos em “uma educação comprometida com a conscientização e a politização do educando com o meio em que vive como sujeito ativo capaz de refletir e agir sobre ele”. Ao longo de todo o texto, abrilhantam-no com depoimentos de zambiapunguenses, cujo ato de falar, pela transmissão de vivências, de experiências, de tradições, de cultura, deve ser tomado como “forma que venha a contribuir no processo de desenvolvimento [...] numa perspectiva de fazer educação numa ação democrática e não autoritária”.

Já Alexandra Lima da Silva, em “Escritores da liberdade: autobiografias de escravos, impressos e história da educação”, explora as narrativas de vida de ex-escravos nascidos no século XIX, nos Estados Unidos, com o fim de refletir sobre a importância do registro escrito e da leitura na experiência desses sujeitos. Para tanto, parte das trajetórias de vida de Harriet Jacobs, Frederick Douglass e Booker Washington, as quais, diz a autora, são “caminho essencial para uma História da Educação, no plural”. Leva-nos a refletir sobre a importância de se discutir e de se valorizar a contribuição do afrodescendente na História da Educação, apresentando-nos trabalhos como os de Adriana Silva (2002), Adlene Arantes (2005), Surya Aaronovich Pombo de Barros (2005), Marcus Vinícius Fonseca (2007), Cynthia Greive Veiga (2008) e Graciane Sebrão (2015), entre outros. Defende a autora que conhecer as “trajetórias de ex-escravos é necessário no Brasil, país em que a memória é um direito negado à maior parte de sua população afrodescendente”, sendo “uma

forma de olharmos para dentro e de interrogarmos o processo de silenciamento e de negação da nossa própria constituição e identidade”.

No interior do norte de Minas Gerais, Wilney Fernando Silva e José Pereira Peixoto Filho discutem sobre a institucionalização do sistema escolar público, abordando aspectos do plano político e de ações educativas em “Institucionalização do sistema escolar público do município de Porteirinha, norte de Minas: escolas e políticos para o povo (1930-1970)”. Esse trabalho objetivou a reflexão sobre diversos acordos políticos locais que visavam à concretização do sistema educacional, por meio de construções de escolas, da Secretaria Municipal de Educação e da institucionalização da profissão docente, entre outros. Destaque-se ainda nessa estruturação do plano educacional de Porteirinha, a instalação da Escola Normal, ação politicamente relevante, que levaria a população a optar pelo espaço urbano, em detrimento do rural, que era preponderante na época; além disso, a Escola Normal propiciaria a “vinda de muitos estudantes de outras cidades para a região, fazendo com que o município ficasse conhecido regionalmente”. Pelos excertos de diversos documentos e por estudos que possuíam como foco a região ou o sistema escolar do norte de Minas e/ou de Minas Gerais, reconstruem a História da Educação do município de Porteirinha no período de 1930 a 1970, cuja “área educacional foi pensada enquanto formação de mão de obra qualificada e objeto de concretização de promessas políticas”.

“Como compatibilizar as exigências do ensino e da aprendizagem da Literatura com o déficit de competência leitora e de memória textual dos nossos estudantes do ensino superior, nomeadamente na formação inicial de professores?”. Esta é a questão que baliza o artigo de Maria Marta Duarte Martins, “Ensinar a ler sem ter aprendido a amar a leitura: a Educação Literária dos professores de Educação Básica”. Para respondê-la, ao longo de seu texto, reflete e apresenta propostas metodológicas e recursos científico-pedagógicos a serem implementados em cursos de formação de professores, divulgando, concomitantemente, um Estudo de Caso que “visou conhecer como os candidatos a professores fizeram a sua própria sensibilização quanto ao texto literário, na família e na escola, sublinhando-se aspetos como: tipos de leitura, suportes utilizados, constituição do *corpus* literário e produtos culturais direta ou

indiretamente relacionados a esse *corpus*". Embasando-se nas vozes de 117 estudantes matriculados na Licenciatura em Educação Básica, vale-se de conceitos como o de memória textual (ECO, 1983; 1992; FILLOLA, 1996) e de competência textual (BERNÁRDEZ, 1982; FÁVERO; KOCH, 1983; VAN DIJK, 1972; SILVA, 1977) para enfatizar a Educação Literária, propondo "estratégias de intervenção para minorar as consequências de baixos índices de leitura e de uma memória canônica da literatura tradicional e contemporânea [...] cada vez mais depauperada".

Na sequência, dois artigos tratam da formação de professores. O primeiro, "A prática pedagógica e o professor do ensino superior: desafios enfrentados e vivências construídas", de Sirlei de Lourdes Lauxen, versa sobre a docência no ensino superior e, nela, a prática pedagógica dos professores da área da Saúde. O texto intenta analisar as práticas dos docentes, identificando o espaço da aula como *locus* da aprendizagem. As discussões são orientadas por teóricos como Tardif, Pimenta e Anastasiou, Masetto, Cunha e Nóvoa, que discutem questões relativas ao cotidiano da sala de aula universitária, estabelecendo "relações entre a formação pedagógica e a prática, como uma ação que vai se construindo no dia a dia do professor". Com metodologia de caráter qualitativo, vale-se de entrevistas e questionários aplicados a oito docentes dos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia. Os dados apontam o interesse em se "realizar um trabalho em que o ensino-aprendizagem aconteça pela ação/reflexão/ação", destacando-se três pontos: a mudança da/na prática pedagógica, a identificação da prática na relação professor-estudante e a referencialidade do bom professor. A autora conclui que a prática docente está intrínseca e permanentemente atrelada aos saberes pessoais, pedagógicos e experienciais de cada educador, relação essencial para que "possa desempenhar seu trabalho a partir de uma *práxis* educativa comprometida com o saber/fazer docente".

O segundo artigo que versa sobre a formação de professor é "A opção pela docência e os aprendizados da prática profissional: percursos formativos de estudantes participantes do PIBID em Minas Gerais". Nele, Lorene dos Santos e Andreia dos Santos enfocam os percursos formativos de estudantes participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em cinco Instituições de Ensino Superior de

Minas Gerais. Para tal, apresentam e discutem sobre os dados advindos de questionário eletrônico aplicado a 884 estudantes, bolsistas do Pibid, de diversos cursos, e que contemplou o “perfil socioeconômico dos bolsistas, seu percurso formativo e suas percepções sobre a licenciatura e a experiência de formação proporcionada pelo PIBID”. A partir das repostas dadas às questões abertas do supracitado questionário (que se destinavam a comentários e/ou observações livres sobre o PIBID ou sobre o próprio questionário), os depoimentos reafirmam a aposta no Programa e a escola pública brasileira como viável projeto de educação transformadora; já a profissão docente foi caracterizada como “atraente para as gerações de futuros professores”, o que sinalizaria “uma possível saída da atual crise da educação”. As autoras concluem ser o PIBID “boa porta de entrada para a docência”, assim como “caminho para outros voos profissionais”; entretanto, tratam tal avaliação como um desafio, e finalizam o seu texto instigando-nos à reflexão: “Darão conta dele [desse desafio] as atuais e futuras políticas públicas em educação e as desgastadas promessas de valorização do magistério?”.

Com relação direta à formação de professores, Andressa de Oliveira Martins, Fernando Donizete Alves e Aline Sommerhalder, em “Brincar no recreio escolar: ouvindo crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, adentram na questão dos processos educacionais, objetivando “identificar jogos e brincadeiras vivenciados pelas crianças”, na tentativa de compreenderem tais processos, “desencadeados por essa prática social no contexto do recreio escolar”. Para os autores, o recreio escolar é espaço rico de experiências que proporciona aprendizagens das mais diversas, por meio dos jogos e das brincadeiras; além disso, permite a socialização das crianças, entre elas mesmas e entre elas e os adultos. Destacam, assim, “a necessidade de valorização do brincar no tempo e no espaço do recreio escolar, para a aprendizagem da criança e para sua articulação com as práticas pedagógicas”, em consonância com os pressupostos teóricos de Brougère (2003; 2011), Mascioli (2010), Oliveira *et al.* (2014), Kishimoto (2010) e Sommerhalder e Alves (2011), entre outros. De caráter qualitativo, integraram essa pesquisa 13 crianças, entre 6 e 11 anos, dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Pela observação participante e anotações em Diário de Campo, pôde-se

identifica e compreender que “alguns processos educativos que decorrem da brincadeira no momento do recreio constituem importantes elementos para pensar a educação escolar de crianças e, em especial, as práticas pedagógicas em sala de aula”.

Propositadamente, o último artigo objetiva discutir a utilização da observação participante em pesquisas de campo na área da Educação. Em “A ‘observação participante’ na pesquisa de campo em Educação”, Janote Pires Marques apresenta reflexões e sugestões de procedimentos práticos para a pesquisa de campo em educação. Ao defender a tese de que a observação participante constitui-se ponto de partida para se sistematizar a metodologia de pesquisa, busca, ao longo de seu texto, responder, dialogando com trabalhos como os de Bronislaw Malinowski e William Foote Whyte às seguintes questões: “o que é ‘observação participante’? Qual a relação desse conceito de raiz antropológica com a pesquisa de campo em educação? Para quais aspectos o pesquisador deve atentar nesse tipo de pesquisa? Quais procedimentos necessários para uma pesquisa de campo baseada na ‘observação participante’?”. Conclui a autora serem “inúmeros os espaços sociais nos quais a ‘observação participante’ pode ajudar a compreender de forma aprofundada como se constituem os processos educativos e como atuam seus sujeitos”; e, para que todos possam usufruir de tal possibilidade, elenca sete passos relativos à utilização eficaz da observação participante. Alerta, entretanto, a autora que, além desses sete passos, “outros podem – e devem – ser dados pelo pesquisador, de acordo com os caminhos da própria pesquisa”.

Este número 28 da *Revista Educação em Foco* confirma o que apregoamos no início deste Editorial sobre a sua relevância para a reflexão e a compreensão de aspectos teóricos e práticos que envolvem o ato de ensinar. Que os artigos aqui publicados sirvam, assim, ao caráter poliscópico de que se reveste a área da Educação.

Boa leitura é o que deseja a equipe editorial da *Educação em Foco*!

Patrícia Goulart Tondineli  
Pela equipe editorial